

## HINKELAMMERT E LA CRITICA UTOPICA DEL CAPITALISMO

Enrique Téllez Fabiani<sup>1</sup>

**Resumen:** Hinkelammert es uno de los intelectuales más importantes de Latinoamérica. Pertenece a la escuela bajo el signo de la liberación desarrollada desde los años sesenta. En esta contribución damos un contexto sobre la relación de la teología con la economía, tema extraño en la iglesia como en la academia. Aquí subrayamos la importancia del humanismo del que se habla en el resto del documento. Después, se describe la razón por la cual la economía se considera como un arma ideológica, dadas las implicaciones de su ejecución. Posteriormente, ofrecemos dos ejemplos del carácter utópico del neoliberalismo criticado por este autor, el modelo económico como producto histórico y la cuestión práctica del mercado perfecto. Para finalizar, hablamos de las posibilidades e imposibilidades de articular el mercado con el estado.

**Palabras clave:** Liberación, crítica, utopía, neoliberalismo, factibilidad

## HINKELAMMERT AND THE UTOPIAN CRITIQUE OF CAPITALISM

**Abstract:** Hinkelammert is one of Latin America's most important intellectuals. He belongs to the liberation theology school that developed from the 1960s onward. In this contribution, we provide context on the relationship between theology and economics, a topic rarely discussed in both the Church and academia. Here, we underscore the importance of humanism, which is discussed throughout the rest of the document. We then describe why economics is considered an ideological weapon, given the implications of its application. Subsequently, we offer two examples of the utopian character of neoliberalism, as criticized by this author: the economic model as a historical product and the practical question of the perfect market. Finally, we discuss the possibilities and impossibilities of integrating the market with the state.

**Keywords:** Liberation, critique, utopia, neoliberalism, feasibility

## HINKELAMMERT E A CRÍTICA UTÓPICA DO CAPITALISMO

**Resumo:** Hinkelammert é um dos intelectuais mais importantes da América Latina. Ele pertence à escola da teologia da libertação, que se desenvolveu a partir da década de 1960. Nesta contribuição, contextualizamos a relação entre teologia e economia, um tema raramente abordado tanto na Igreja quanto na academia. Aqui, destacamos a importância do humanismo, que é discutido ao longo do restante do documento. Em seguida, descrevemos por que a economia é considerada uma arma ideológica, dadas as implicações de sua aplicação.

---

<sup>1</sup>Doutor em Estudos Latino-Americanos pela Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), com estudos anteriores em Física, Filosofia e Humanidades. É professor do Departamento de Física e Matemática da Universidade Ibero-Americana (UIA). Também lecionou filosofia na Faculdade de Filosofia e Letras da UNAM. Colaborou em diversos projetos com Enrique Dussel, incluindo a autoria de "Política de la Libertación" (vol. 3) e várias conferências internacionais. Trabalhou no Centro de Direitos Humanos Agustín Pro Juárez (PRODH), no Instituto Nacional de Formação Política (INFP) e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Educacional (CONAFE). Ela é membro da Associação Mexicana de Filósofos (AFM), do Sistema Nacional de Pesquisadores (SNII) e de diversas associações internacionais, como o "Grupo Internacional Ignacio Ellacuría", a "Rede de Intelectuais do Sul" e o "Projeto Internacional de Pesquisa Acadêmica: Novas Metodologias Pedagógicas para Estudantes Maias", entre outras. Publicou aproximadamente trinta trabalhos, tanto em âmbito nacional quanto internacional. E-mail: [tellezfabiani@yahoo.com](mailto:tellezfabiani@yahoo.com). ORCID ID 0000-0002-8498-1322.

Posteriormente, oferecemos dois exemplos do caráter utópico do neoliberalismo, conforme criticado por este autor: o modelo econômico como produto histórico e a questão prática do mercado perfeito. Finalmente, discutimos as possibilidades e impossibilidades de integrar o mercado ao Estado.

**Palavras-chave:** Libertação, crítica, utopia, neoliberalismo, viabilidade

## 1. Contexto

Franz Hinkelammert é um acadêmico amplamente conhecido na América Latina. O intelectual nascido na Alemanha estabeleceu-se definitivamente na América Latina no final da década de 1960. Ele acompanhou de perto o triunfo do governo da *Unidad Popular* no Chile até que o golpe de Estado o forçou a retornar à Alemanha; no entanto, estava determinado a se estabelecer na Costa Rica e, juntamente com vários outros ligados à Igreja, fundou o *Departamento Ecuménico de Investigaciones* (DEI). Este se tornaria seu bastião intelectual por muitos anos, até que ele se transferiu para estudos de pós-graduação na *Universidad Nacional* de Heredia, onde ministrou seus cursos finais. Sua trajetória não é convencional, especialmente considerando o conteúdo de seu pensamento, expresso em dezenas de livros, artigos, cursos, entrevistas e assim por diante. Da mesma forma, a relação entre economia e teologia é surpreendente, francamente desconcertante para os estudos acadêmicos tradicionais e especialmente para intelectuais de certa esquerda que se mantêm distantes de qualquer crença ou expressão religiosa. Além disso, suas reflexões devem ser consideradas porque não são produto de uma vasta e motivada releitura de clássicos e obras contemporâneas, mas sim de preocupações que o obcecaram por longo tempo, fora das escolas de pensamento estabelecidas, correntes etc. Estamos falando de questões de grande importância para a academia, mas que são amplamente debatidas fora dela, como a justificativa do assassinato de inocentes por forças militares, onde seu principal ponto de referência é o nazismo, mas direcionando imediatamente sua crítica ao bloco ocidental das economias mais industrializadas do planeta, particularmente à Estratégia de Segurança Nacional (*National Security*) dos EUA. Este é um tema que deveria ser da maior importância e que muitas vezes é negligenciado devido a argumentos escolásticos, tão sofisticados quanto inúteis para a nossa sociedade.

## HINKELAMMERT E LA CRITICA UTOPICA DEL CAPITALISMO

Enrique Téllez Fabiani

Inicialmente, suas reflexões giram em torno da sociologia da desigualdade, do desenvolvimento, da democracia etc. Posteriormente, ele explora uma vertente estranhamente vislumbrada por acadêmicos, segundo a qual a crítica é eminentemente teológica, derivada das teorias econômicas que justificaram o advento do neoliberalismo<sup>2</sup>. Mas isso não se "aplica" a Marx. Em vez disso, ele o "segue" em suas reflexões sobre o fetichismo a partir da perspectiva da realidade latino-americana. Isso começa com *Las armas ideológicas de la muerte* (escrito em 1977), cujo ponto de partida é a interpretação teológica do monetarismo de Milton Friedman e do neoliberalismo de Hayek, entre outros. Essa crítica torna-se criativa ao desvendar as verdadeiras intenções da narrativa econômica que busca explorar o mundo sem revelar a intenção moral por trás disso, por meio da escravização humana e da degradação ecológica. Desvenda, assim, o ocultamento intencional da imoralidade inerente a permitir que o mercado dite a sociedade como um todo. Portanto, toda a crítica se baseia na eficácia teórica de desvendar essa imoralidade. Trata-se, pelo menos, de uma perspectiva teológica pouco explorada que tem profundas repercussões na sociedade latino-americana devido à sua profunda religiosidade católica. É aqui que a teologia da libertação se torna estratégica para acessar um nível de consciência popular que outras disciplinas não conseguem alcançar.

Hinkelammert não aparece na grande compilação de Sobrino e Ellacuría, *Mysterium Liberationis* em dois volumes (1990); no entanto, Dussel o menciona juntamente com outros que foram capazes de prever a necessária recuperação de Marx na teologia:

A teologia da libertação emprega categorias sociológicas e políticas, bem como análises ideológicas, desde sua origem. Contudo, uma teologia da economia, no sentido da sacramentalidade do pão (produto do trabalho) dentro das relações sociais, seja como construção do reino ou como sua negação, é relativamente recente. A obra de Franz Hinkelammert, *Las armas ideológicas de la muerte*, a partir de uma perspectiva teológica da vida, abre um novo caminho. O uso do marxismo — em seus devidos níveis econômico e filosófico — é abrangente e acolhido por uma fé cristã que nada perde de sua própria tradição. A crítica ao fetichismo de Marx situa-se dentro da crítica à idolatria dos profetas e de Jesus. A revalorização da “carnalidade” (do hebraico “basar” e do grego “sarx”, que não significa meramente “corpo”) é coerente com a expressão cristã. (DUSSEL, 1990, I, 140, tradução própria).

<sup>2</sup> O tema é tratado como uma "anomalia" por Jung Mo Sung do capítulo 3 de sua obra, mas está além do nosso escopo; merece mais espaço devido às suas significativas consequências para a interpretação de questões que são plenamente relevantes hoje. (SUNG, 1994, ).

De fato, naquela época, Dussel já possuía sua própria estrutura arquitetônica que lhe permitia discernir claramente as diversas propostas teológicas. A de Hinkelammert não era apenas uma interpretação de Marx, mas uma continuação determinada do filósofo alemão do século XIX. E aí reside sua originalidade. Em uma entrevista, ele disse que,

Essa [a cátedra protestante] foi uma formação que confirmou e reformulou essa relação entre economia e teologia. Gollwizer não trabalhou explicitamente nessa relação, mas ela estava presente em toda a sua teologia. Eu comecei a trabalhar nela efetivamente a partir da perspectiva da teoria econômica, e acho que essa foi a minha característica distintiva, algo que outros não fizeram. (HINKELAMMERT 2001, 263, tradução própria).

Ele não só possuía um conhecimento profissional de teologia protestante e católica, tendo-a estudado em Berlim entre 1955 e 1963, como também adquiriu experiência na organização de movimentos religiosos (comunidades eclesiais de base) na América Latina, com quem conviveu praticamente toda a sua vida. Essa experiência o levou a desenvolver uma "teologia da economia", singular para a época. Isso é particularmente importante porque o marxismo estudado então era a perspectiva de intérpretes como Althusser, e não diretamente a de Marx. De fato, Hinkelammert afirma que

Descobri que tinha muitas divergências com todo o marxismo ortodoxo. Tive discussões com Marta Harnecker na revista *Punto Final*, por exemplo. Sempre dentro de um contexto de amizade, sempre com respeito e cortesia. Isso se manteve assim ao longo da minha vida. Não era uma briga, era uma divergência de opiniões. Eu era contra Althusser; eu não gostava dele e não queria que essa mística do comunismo fosse um objetivo a ser alcançado. (HINKELAMMERT, 2012, p. 121, tradução própria).

Na medida em que os ativistas de esquerda rejeitavam a religião, aqueles que adotavam uma postura claramente alinhada com os setores mais abertos da Igreja demonstravam sinais de assumir posições diferentes, tanto teórica quanto praticamente. Contudo, esse era um ponto de convergência entre as diversas posições que se declaravam críticas ao mesmo ímpeto neoliberal. Assim, Dussel e Hinkelammert (e alguns outros protagonistas da teologia da libertação) seguem a mesma linha do pensamento crítico latino-americano, apesar de suas trajetórias acadêmicas e pessoais bastante distintas.

A preocupação de Hinkelammert com o lugar do sujeito real permaneceu inabalável, especialmente quando ele buscava recuperar os aspectos antropológicos da vida

sempre que novas teorias se afastavam deles por meio de discussões formais excessivamente abstratas que perdiam sua relevância material. E tratava-se de não “perder o contato com a realidade”. A continuidade de seus estudos refletiu-se em outra obra, *Crítica de la razón utópica*<sup>3</sup> que,

Foi publicado como livro em 1984, mas uma primeira versão em mimeógrafo havia sido publicada um ano antes. No entanto, estava incompleta. Eu ainda não tinha a seção completa sobre o assunto em 1983. Para mim, a crítica era, em grande parte, uma resposta aos princípios da Teologia da Libertação, com seu conceito bastante ingênuo do Reino de Deus [...]. Percebi que isso estava faltando e trabalhei no desenvolvimento de uma visão sobre o assunto... (HINKELAMMERT 2012, 133-134, tradução própria).

Este sujeito é o ser humano concreto, de carne e osso, que, juntamente com a natureza que o rodeia e da qual faz parte, é explorado por um sistema injusto e predatório. Esta é a situação da maioria vulnerável do planeta, e não se trata apenas de um fenômeno local, ou confinado a uma região como a América Latina. É uma questão global, mais relevante hoje do que nunca, porque o que está a ser destruído é toda a fonte de riqueza e dignidade. Esta afirmação não é uma tese econômica, mas sim uma afirmação decididamente humanista que subjaz a qualquer sistema econômico e político.

## 2. A Economia como Arma Ideológica

Do dogma monetarista de Friedman surge a possibilidade de conceber um novo sujeito econômico que certamente produz, mas também consome; além disso, esse sujeito é remunerado por sua própria produção. Assim, seu salário pode ser alto da perspectiva do capital. Mas este é um sujeito com necessidades, tão inevitáveis quanto significativas para o sistema produtivo. E é aqui que Friedman aventura a ideia de que a renda deve ser determinada sem levar em conta as necessidades das pessoas em geral, já que o problema não se origina no capital, mas no trabalhador. Em termos de economia política clássica, a renda é determinada sem considerar as necessidades reprodutivas dos seres humanos. Isso é uma exigência da racionalidade econômica e, portanto, se estabelece como norma. Como

<sup>3</sup> Existe uma versão ampliada e revisada de 2002, publicada por Desclée de Brouwer. Esta é a versão utilizada aqui.

resultado, a teoria neoclássica dissolve o conceito de sujeito econômico anterior às relações de mercado. Isso implica que, com o desaparecimento das necessidades, a demanda também desaparece; e a demanda se subordina às preferências. Ou seja, as necessidades são substituídas pelas preferências. Esse pequeno detalhe tem consequências significativas, pois a confusão leva a orientações divergentes e até mesmo antagônicas.

Portanto, se aceitarmos o lema do empresário de que é necessário “dar às pessoas o que elas querem (como preferência, não como necessidade)”, em uma fórmula concisa que dita o que deve ser feito para o capitalismo funcionar, torna-se obscuro se o que o consumidor deseja satisfaz uma necessidade ou uma preferência. A necessidade é um fato fisiológico da natureza humana; contudo, Friedman só pode imaginar que a cesta de consumo possa ser preenchida com base unicamente em preferências. Mas, ao contrário, se partirmos da perspectiva do sujeito necessitado, a cesta é a medida do problema econômico, conforme proposto nas teorias econômicas anteriores à culminação do capitalismo; além disso, as preferências tornam-se uma questão relativa, não absoluta, visto que são mediadas pela necessidade. Mas a necessidade fisiológica estabelece prioridades, e a satisfação dessa necessidade tem precedência sobre a satisfação das preferências. Portanto, a questão do racionamento em tempos difíceis, tanto em guerras quanto em bloqueios, faz sentido. No entanto, o capitalismo oculta sua capacidade de se afirmar impondo escassez por meio de bloqueios desumanos, sanções, isolamento e cercos a outras regiões do planeta. Assim, a promessa de satisfazer tanto necessidades quanto preferências só é possível em algumas partes do mundo (países com maior composição orgânica de capital), mas não em todas. Sua universalidade é relativizada por eventos históricos.

Se essa narrativa econômica aceita a dissolução das necessidades, então o indivíduo só pode expressar preferências; assim, se as necessidades são excluídas, seu cálculo torna-se inútil e, dentro dessa racionalidade, chega a desaparecer. Ou seja, dentro da estrutura da racionalidade econômica que substitui as necessidades por preferências, “ela se transforma em um exercício da liberdade de matar. Essa liberdade, em Friedman, torna-se um dever de matar, na medida em que essa racionalidade é tratada como norma” (HINKELAMMERT

1978, 119, tradução própria)<sup>4</sup>. Se Marx defende os meios de subsistência, Friedman defende a liberdade como o direito de matar. Isso ocorre, segundo o ideólogo americano, na medida em que as necessidades materiais, como vestuário, alimentação etc., desaparecem, eliminando assim o ser humano da produção. Ou, em outras palavras, trata-se de conceber a produção humana sem humanos, o que é empiricamente impossível. Essa é certamente uma conceitualização falha, pois carece de uma base material em seu argumento. Metodologicamente, se o ponto de partida de Friedman é fictício, sua conclusão também será fictícia; portanto, não se trata de uma teoria científica. Seria se explicasse a realidade, mas sustenta uma série de idealizações sem respaldo na realidade, cuja conclusão, por consequência argumentativa, só pode ser outra idealização<sup>5</sup>. Contudo, essas ideias intrincadas, transformadas em argumentos sofisticados, são propostas como parte de uma teoria explicativa da realidade, mas não o são, porque se baseiam em ficções. E a economia é eminentemente material; lida com o prazer corporal no contexto da escassez material da natureza, considerada um bem comum, e com produtos fabricados, não concebidos, na realidade.

No vocabulário do neoliberalismo, a liberdade é um de seus pilares; contudo, cada um entende a liberdade à sua maneira. Talvez nenhum conceito seja mais elástico e manipulável nas teorias dos últimos cinco séculos do que o de liberdade. Assim, o liberalismo proposto por Friedman não é o mesmo que o liberalismo dos séculos XVIII e XIX, pois este último visava defender o direito à vida. Esse fato o torna emancipatório em relação a formas políticas específicas de governo, como a monarquia anterior à Revolução Francesa. No entanto, o capitalismo gradualmente minou o liberalismo até que, no século XX, ficou claro que ele não era mais capaz de garantir os meios de subsistência. Friedman propõe um

<sup>4</sup> A expressão não é imediata, causal nem literal. O fato de prever a possibilidade não leva necessariamente ao assassinato; mas conceder a si mesmo (autoconceder legalmente) essa possibilidade se traduz em absolver a economia de toda responsabilidade ética. Se o neoliberalismo não exigisse violência explícita para se impor, a afirmação de Hinkelammert seria sem sentido. A história mostra que toda conquista militar é seguida pela imposição de uma forma particular de organização do mercado; no caso do neoliberalismo, a vitória militar inicial é apagada para naturalizá-lo como o sistema econômico que devemos aceitar sem questionar, como um artigo de fé, porque tem as mãos limpas quando se trata de organizar a vida social.

<sup>5</sup> *Vid.* (TÉLLEZ, 2019), onde reconsidero a ideia do “Robinson Crusoe” como produtor e consumidor; e, portanto, irreal, não histórico. O paradoxo dessa personagem reside no fato de ela representar a vida social em uma ilha onde a sociedade é ela mesma. Com isso, a ênfase na recuperação do sujeito necessitado (histórico, real) storna-se de suma importância.

## **HINKELAMMERT E LA CRITICA UTOPICA DEL CAPITALISMO**

Enrique Téllez Fabiani

liberalismo que justifica esse fato, onde os direitos humanos não são mais o ponto de partida, mas sim o sistema capitalista de propriedade. A partir daí, não há garantia nem do direito à vida nem do direito aos meios de subsistência. Em outras palavras, anuncia-se uma nova sociedade que mina seus próprios meios de subsistência, tornando-se, portanto, insustentável. Além disso, não haveria sequer a possibilidade de preferir mundos alternativos, mas sim a busca por uma crítica ao capitalismo por ser empiricamente insustentável.

Assim, esse novo estado de direito (como fachada) torna-se, na realidade, um estado de exceção (“um estado policial”, afirma Hinkelammert); e o estado de bem-estar social transforma-se em “escravidão”. Daí os golpes de Estado, legítimos para os países industrializados, mas profundamente ilegítimos para as maiorias empobrecidas. Friedman justifica o uso da força policial como parte do arsenal da economia. É por isso que Hinkelammert afirma enfaticamente que,

Para alcançar a liberdade, é preciso renunciar ao uso da força física no exercício do direito de matar. Em casos de falta de fé na liberdade, recorre-se novamente à força física para se chegar a uma decisão. A liberdade deve ser garantida independentemente da vontade de indivíduos ou da maioria. O direito de matar torna-se, assim, o ponto central de seu argumento. (HINKELAMMERT, 1978, 104, tradução própria).

A filosofia de Marx adquire uma relevância sem precedentes quando aplicada e atualizada na realidade contemporânea, pois, em última análise, o neoliberalismo inverte o conceito de sujeito econômico a tal ponto que suas necessidades, tanto materiais quanto imateriais, são substituídas por objetivos arbitrários, por preferências puramente subjetivas e, muitas vezes, até mesmo instintivas, e, portanto, irracionais. Isso altera toda a definição de economia, e o irracional torna-se racionalizado; assim, emerge a racionalização do irracional. Mas a filosofia do século XIX se depara com uma economia política que afirma a vida como um fim em si mesma, com um capitalismo que ainda promove e convence com mais efeitos positivos do que negativos; contudo, a teoria do fetichismo de Marx mostrou que por trás dessa fachada reside uma filosofia da morte, em toda a sua profundidade e amplitude. A figura da morte aparece sutilmente (embora às vezes nem isso) em argumentos que se entrelaçam a tal ponto que chegam a encruzilhadas onde a solução final é esclarecer que os direitos humanos são respeitados apenas para alguns, desconsiderando sua universalidade,

mas sobretudo, a justificativa para afirmar a vida de poucos em detrimento da maioria<sup>6</sup>. Assim, dentro do Estado de Direito, surge a norma de manter a ordem vigente em detrimento de qualquer consideração de mudança, mesmo que por meios coercitivos e violência explícita. Portanto, teorias como as de Friedman, Popper ou Hayek são armas ideológicas da morte que exigem sacrifícios humanos no âmbito das atividades idólatras do mercado<sup>7</sup>. A teologia econômica de Hinkelammert critica a teologia da morte promovida pelos empresários das ditaduras militares (ou das judiciais, agora com suas guerras jurídicas); além disso, se este não é o melhor dos mundos possíveis, promove a esperança de buscar um mundo melhor no âmbito das transformações populares.

### **3. Utopia e Neoliberalismo**

#### **3.1. Antecedentes Utópicos na História**

Capitalismo não é o mesmo que neoliberalismo. O capitalismo nasceu com o liberalismo como seu braço político, representando uma emancipação tanto do mercantilismo na esfera econômica quanto da monarquia na esfera política, por volta de 1800, e enquadrado no contexto das emancipações da América do Norte, França, Haiti e, posteriormente, de grande parte do mundo hispânico. Foram três décadas de convulsões transatlânticas, nas quais a parte hispânica do continente americano tentou sua primeira transformação soberana, enquanto a parte anglofônica demonstrava sua real independência política do *Viejo Mundo* (Velho Mundo) e sua consequente superioridade econômica. Toda a América permaneceu conectada à Europa, mas de uma maneira diferente. O capitalismo nasceu na Inglaterra, mas o vasto e ainda indomado território das planícies norte-americanas ainda estava por vir, embora com características industriais inovadoras. E o aumento de capital que isso implicava

---

<sup>6</sup> A justificativa de “salvar” a vida de alguns, mas sempre à custa de outros, é recorrente. Essa ideia permeia o liberalismo e o pragmatismo hegemônico ensinados nas principais academias ocidentais. Criticamos isso quando revisitamos a irracionalidade com a ideia do kamikaze e do extermínio mútuo, onde o sucesso consiste na “possibilidade da impossibilidade mútua” (TÉLLEZ, 2022, 235); enquanto a superação positiva é a proposta em torno do Ubuntu que Hinkelammert reviveu em seus últimos anos.

<sup>7</sup> Em sua obra, Assman alude à idolatria do mercado. A ideia é que um ídolo exige vítimas; ou seja, vidas inocentes a serem sacrificadas. Para o capitalismo cínico, isso não representa um dilema moral. Parece um filme com temas perversos, mas o triste é que se trata de uma ideologia profundamente enraizada em setores das sociedades ocidentais. (ASSMANN, 1997).

resultaria na consolidação do capitalismo na América do Norte após um século e meio, na época das guerras mundiais e da intervenção dos EUA nelas, deixando o mundo hispânico de fora dos grandes centros industriais do planeta.

É nesse cenário de guerras mundiais que o neoliberalismo, se considerado como uma fase final e extrema do capitalismo, deixa de adquirir o caráter emancipatório que possuía no século XIX. Capitalismo e neoliberalismo não são a mesma coisa; caso contrário, os usaríamos indistintamente. Mas não só isso, como o neoliberalismo não é emancipatório, ele não compete com outras formas de lidar com as circunstâncias precárias que enfrenta, mas se apresenta como único e sem concorrência. Não é incompetente porque se recusa a competir com qualquer coisa; recusa-se a competir com qualquer outra proposta que busque se legitimar por meio de seus próprios resultados ou justificativas ideológicas. E isso porque sua luta não é para se emancipar de um passado que busca transcender, mas para impedir a superação da sociedade liberal por qualquer alternativa imaginável; ou seja, sua luta é para permanecer o único sistema possível, a verdadeira *New World Order* (Nova Ordem Mundial), que veio para ficar. Isso decorre da Guerra Fria, visto que apenas um dos blocos que disputavam o colonialismo global saiu vitorioso. Assim, o neoliberalismo tem a experiência histórica de ter tido como antagonista o comunismo soviético; porém, o único objetivo histórico era dismantelar a URSS. O capitalismo do século XIX visava ser apenas mais um fator na luta por legitimidade; mas o neoliberalismo, no século XX, não busca obter aceitação dentro da estrutura da legitimidade, mas sim impor-se a todo custo, como o ápice da história humana. Em outras palavras, o neoliberalismo não busca obter legitimidade, mas sim impor-se a qualquer preço.

O ponto de partida empírico são as circunstâncias precárias que exigem a construção de instituições para garantir a sobrevivência da sociedade. Na sociedade neoliberal, essa garantia se sustenta apenas por meio da institucionalização do mercado como o meio supremo de regulação social. Seu lema seria a maximização do mercado em proporção inversa à minimização do Estado. E pior ainda: “o sistema capitalista declarou o mercado como a essência suprema de toda a vida humana e, portanto, os direitos humanos foram amplamente abolidos. Essa foi a nova maneira de conduzir a luta de classes total de cima para

baixo” (HINKELAMMERT 2022, 343, tradução própria). Na melhor das hipóteses, o Estado, mesmo quando se fala em desmantelamento total, se reduz à segurança policial e é eminentemente contratual em todos os seus aspectos sociais. A suspeita em relação ao Estado deriva das experiências das guerras intercontinentais e dos conflitos internos europeus do século XIX até depois da Segunda Guerra Mundial, quando foi considerado obsoleto diante do dinamismo econômico excepcional dos Estados Unidos. É por isso que existe uma forte tendência política a encarar o Estado como inerentemente repressivo; ou seja, segundo essa perspectiva, a repressão é intrínseca à função do Estado, e uma ligeira inclinação para a ascensão de uma liderança leva a um populismo massivo e imparável, como o nazismo. Mas, em essência, estamos falando de uma “reorganização” colonialista do complexo militar-industrial, juntamente com seus líderes liberais, por vezes mais nacionalistas ou mesmo apátridas, mas, em última análise, excludentes e insensíveis às diferenças culturais. Assim, nesses termos históricos, se o Estado é um fardo pesado, o mercado permanece como a salvação.

Em um sentido negativo, a justificativa para o neoliberalismo é inteiramente ideológica, servindo principalmente para mascarar um dilema moral. A afirmação de que se deve (como preceito ético) satisfazer apenas preferências (como expressas pela narrativa do livre mercado) é ideológica no sentido negativo de não explicar explicitamente esse ocultamento. Mas essas preferências não são, nem pretendem ser, universais: elas se aplicam apenas a um pequeno segmento da população em certos estados cuja “composição orgânica de capital” pode proporcionar abundância material. Por outro lado, a afirmação de que as necessidades devem ser satisfeitas primeiro, e somente depois as preferências, não é ideológica nesse mesmo sentido, porque é um fato que as condições para a possibilidade de uma não devem desaparecer em detrimento da outra. Ou seja, um sistema histórico não pode negar a necessidade de acomodar preferências, mas essa necessidade só é atendida priorizando-se as necessidades, porque as necessidades dependem delas. Daí a afirmação do sujeito necessitado (material, concreto, vivo, histórico) que deve ser colocado no centro das ciências empíricas, como a economia. Isso é crucial porque o capitalismo se baseia nessa confusão para manter a aparência de moralidade (de abundância material através da liberdade)

por trás de sua proposta profundamente imoral (a exploração de todos os seres vivos, humanos ou não).

### 3.2. O Mercado Perfeito

A transição das tendências históricas (empíricas) para a conclusão do conceito limitador do mercado perfeito (teórico) não é histórica, mas lógica. Ou seja, a transição de uma para a outra não ocorrerá na história porque qualquer instituição perfeita é uma construção lógica e, portanto, inatingível. Mas o maior equívoco reside não nessa confusão, mas na tentativa de “aplicar” a teoria à realidade, como se a realidade tivesse que se conformar à teoria. A institucionalização não deve começar com a perfeição do mercado, mas com a melhoria constante das condições de possibilidade que resultam em tendências empíricas onde um possível resultado, a longo prazo e sem qualquer garantia de tangibilidade, é um mercado funcionando sem problemas, mas não perfeitamente. Pensar dessa forma é uma questão formal que exige discernimento cuidadoso. Interpretar esse fato de forma inversa leva a um totalitarismo insuperável. Ou seja, o estabelecimento do mercado como uma instituição perfeita que regula a vida social da sociedade como um todo omite as mediações históricas que o reduzem à violência bruta. O capitalismo, assim como o comunismo soviético em seu tempo (com sua centralização no Estado), interpreta a realidade com base nessa mesma confusão. Daí os golpes de Estado, as fraudes eleitorais e a colaboração em intervenções estrangeiras que, por falta de legitimidade, tiveram de ser realizadas de forma rudimentar com o auxílio dos militares; ou, mais recentemente, com um exército midiático (bots) distorcendo a opinião pública a ponto de criar um apagão informacional (através das redes sociais) promovido e operado internacionalmente. O uso intensivo das novas mídias de massa é uma forma de legitimar golpes de Estado, ou guerra jurídica, antes (para prepará-los) e depois (para consolidá-los), na história recente. Em outras palavras, a confusão reside em identificar tendências empíricas (que de fato existem, são calculáveis e reproduzíveis) com conceitos transcendentais (que não têm significado na realidade, mas são teoricamente concebíveis). Isso explica por que a linguagem teológica é tão prevalente nas narrativas da direita política,

como se observa em Bolsonaro<sup>8</sup> e Trump. Portanto, é essencial uma interpretação adequada que esclareça essa confusão entre eventos empíricos (da realidade) e conceitos limitadores (de natureza transcendental); sobretudo porque não é a realidade que deve ser submetida à teoria, mas o contrário. A violência surge, então, quando a realidade não se conforma às teorias que racionalizam preconceitos e concepções errôneas.

Contudo, o mercado perfeito, como conceito teórico, tem uma condição: a existência do mercado empírico. Mas é aqui que surge a confusão na interpretação, ao tomar o mercado empírico idealizado como ponto de partida, pois conclui-se que, dessa forma, ele se aproxima da sua própria perfeição. Ou seja, algo infinitamente distante é perseguido com passos finitos. É semelhante ao jogo de ideias que Borges imagina sobre a Biblioteca de Babel: um livro infinito com um número infinito de páginas infinitamente finas... É o mesmo dilema do mito de Sísifo: o conjunto de passos finitos torna-se um esforço infinito porque o objetivo é inatingível devido à sua infinitude. Isto é, os limites do bem comum são reduzidos ao mínimo enquanto o mercado é maximizado. Nessa interpretação, a vida do trabalhador que produz capital é tortuosa, devido ao esforço infinitamente grande, e embora haja um limite para a sua vida, o tempo é tão prolongado (porque abrange toda a sua vida) que o seu próprio desespero o condena. No entanto, o problema reside no dinamismo inerente ao capital. No mercado empírico, os detentores de capital promovem o excesso de trabalho para que objetivos não empíricos, como o mercado perfeito, possam ser alcançados empiricamente.

Parte do funcionamento do mercado reside na operação perfeita da concorrência; ou seja, o próprio mercado deve ser perfeito para regular a vida social e garantir seu propósito. O Estado não deve intervir. Reagan disse, certa vez, que o Estado não era parte do problema, mas o próprio problema. Para alcançar esse equilíbrio, os agentes concorrentes devem possuir todas as informações, também perfeitas, mas com a capacidade adicional de agir com velocidade infinita no momento preciso. Isso se assemelha à atuação impecável do personagem perfeito de Hollywood, cuja combinação de circunstâncias perfeitas o torna o herói perfeito. Tal modelo de equilíbrio perfeito é um conceito transcendental, no sentido de ser um conceito limitador, pois alude à irrealidade de variáveis não empíricas, como a

---

<sup>8</sup> Santos observa que o Parlamento brasileiro está reduzido a: “Boi, Bíblia, Bala (BBB), do agronegócio, evangelismo empresarial e indústria de armas” (SANTOS, 2018, 144).

perfeição e o infinito. Tudo isso pressupõe que, se as condições empíricas fossem atendidas, a concorrência perfeita poderia ser alcançada, mas isso é empiricamente impossível, pois é inatingível, embora seja teoricamente consistente. O que de fato acontece é que o mercado (como o Estado soviético em certa época) é governado por comportamentos arbitrários, como se fosse uma entidade viva independente dos seres humanos. Assim, o mercado “decide”, “tem medo”, “aguarda a decisão do Fed”, “acordou volátil”, “está nervoso”. O mercado torna-se então um fetiche, uma entidade viva separada de seu criador; além disso, governa a vida humana. Essa inversão é talvez o aspecto mais perverso desse sistema.

Não pode haver tendência ao equilíbrio entre concorrentes em um mercado perfeito porque, em tal mercado, não haveria concorrência alguma. Concorrência é desequilíbrio. Em concorrência perfeita, ninguém compete. Ou seja, não existe na história tal concorrência, como a concorrência empírica aqui descrita, mas também não existiria essa concorrência idealizada, como conceito limitador; assim, para o neoliberalismo (e esta é a sua peculiaridade), a encenação da perfeição formal é o critério para a construção unilateral de instituições de mercado. Em outras palavras, baseia-se na teoria e o empírico é desconsiderado. A única maneira de submeter-se ao ideal de um conceito limitador é “à força”, com a violência explícita do Estado, para “ajustar” os eventos históricos a um conceito teórico. E, como se disse há alguns anos, se eles não se conformam ao que o dogma neoliberal dita, “tanto pior para a realidade”. A violência compensa a falta de legitimidade; portanto, em todo caso, o mercado ajustará a realidade ao seu ideal porque a violência é o elemento empírico que lhe permite conformar-se à realidade.

#### 4. Conclusões

Este investimento revela a perversidade de sistemas que distorcem a realidade por meio da violência. Claramente, trata-se de uma questão de viabilidade; ou seja, em termos éticos, o que não é possível não pode ser bom. O desejo de alcançar empiricamente a Estrela Polar não é o mesmo que considerá-la um ponto de referência inatingível para orientar nossa navegação. Em termos políticos, ações resultantes de um discernimento que não reconhece os

limites da possibilidade não teriam qualquer pretensão de justiça. É por isso que a questão da utopia é central para a política. Em outras palavras, tentar alcançar o impossível pode ter consequências desastrosas. Esperar que uma única instituição, seja o mercado ou o Estado, regule toda a vida social é impossível; e, portanto, é irresponsável pelas consequências. Por essa razão, o pensamento utópico enfatiza a importância de integrar o mercado ao Estado; não por meio de seu tamanho ou capacidade, mas por meio de suas ações estratégicas<sup>9</sup>. Ou seja, o mercado pode ter sua própria dinâmica, mas o Estado deve intervir estrategicamente para alcançar os objetivos estabelecidos em termos de transformação da precariedade circunstancial em uma sociedade justa em harmonia com a natureza. A justiça transcende o quadro das possibilidades; de modo que apenas a reflexão teórica sobre o que é possível se torne um critério ético onde o âmbito das necessidades é testado empiricamente.

### Referencias

ASSMANN, H. *La idolatría del mercado*, San José: DEI, 1997.

DUSSEL, E. “Teología de la Liberación y marxismo”, en: ELLACURÍA, I; y SOBRINO, J. *Mysterium liberationis. Conceptos fundamentales de la teología de la liberación*, tomo 1. Madrid: Trotta, 1990.

HINKELAMMERT, F. *Las armas ideológicas de la muerte*. Salamanca: Sígueme, 1978.

HINKELAMMERT, F. “Entrevista”, en: Tamayo, J. J.; y, Bosch, J. (eds). *Panorama de la Teología Latinoamericana*. Estella: Verbo Divino, 2001.

HINKELAMMERT, F. *Crítica de la razón utópica*, Bilbao: Desclée de Brouwer, 2002.

HINKELAMMERT, F. En: Fernández, E.; y, David, G. (2012). *Teología profana y pensamiento crítico. Conversaciones con Franz HINKELAMMERT*. Buenos Aires: CLACSO, 2012.

HINKELAMMERT, F. *Cuando Dios se hace hombre, el ser humano hace la modernidad. Crítica de la razón mítica en la historia occidental*. 2ª. ed. San José: Universidad Nacional, 2022.

<sup>9</sup> Uma tentativa de estabelecer essa articulação a partir da perspectiva da crítica utópica de Hinkelammert pode ser encontrada em TÉLLEZ (2026, 95-123).

---

**HINKELAMMERT E LA CRITICA UTOPICA DEL  
CAPITALISMO**

Enrique Téllez Fabiani

SANTOS, L. y CARNEIRO, N. V. *Contra o golpe. Caderno de democracia*. Salvador: EDUFBA-EDUNEB, 2018.

SUNG, J. M. *Economía. Tema ausente en la teología de la liberación*, San José: DEI, 1994.

TÉLLEZ, E. “Razón material, producción y método”, en: Martínez, M. Ó. *Karl Marx desde América Latina: dialéctica, política y teoría del valor*, Lima: Gislart, 2019.

TÉLLEZ, E. “La voluntad material del pueblo”, en DUSSEL, E. *Política de la liberación. Crítica y creativa*. Tomo III. Madrid: Trotta, 2022.

TÉLLEZ, E. “El resurgimiento de China como dilema de la modernidad. Un examen desde Hinkelammert”, en: Téllez, E. y Durán, G. *Hacia nuevos horizontes de la Filosofía de la Liberación*. México: palabraria, 2026.